

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
Gabinete da Presidência

Portaria n. 858/2017.

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público os anexos Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão referente ao segundo quadrimestre de 2017, o qual compreende o Demonstrativo da Despesa com Pessoal, referente ao período de setembro/2016 a agosto/2017, e o Demonstrativo de Consolidação da Republicação dos Relatórios de Gestão Fiscal referente ao período do segundo quadrimestre de 2015 ao segundo quadrimestre de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Luís, 25 de setembro de 2017.

Des. **RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA**
Presidente

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2016 A AGOSTO DE 2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹ (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	147.481.860,64	-
Pessoal Ativo	129.406.742,92	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	18.075.117,72	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.472.865,57	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	515.661,85	-

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.957.203,72	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	130.008.995,07	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	730.531.081.386,06	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (V) = (III a+III b)	130.008.995,07	0,017797
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	203.379.853,06	0,027840
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	193.210.860,40	0,026448
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	183.041.867,75	0,025056

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SOF/TSE, Data da emissão: 20/SET/2017 14h:43m.

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN n. 416, de 19/05/2017.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017–TCU-PLENÁRIO

R\$ 1,00

	PERÍODO						
	2ºQ/2015	3ºQ/2015	1ºQ/2016	2ºQ/2016	3ºQ/2016	1ºQ/2017	2ºQ/2017
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	115.371.587,69	111.738.812,88	114.166.085,90	116.549.973,28	135.143.745,55	141.864.743,10	147.481.860,64
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	16.464.505,83	15.701.757,47	16.238.718,95	16.318.124,35	16.501.837,62	16.948.673,22	17.472.865,57
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	98.907.081,86	96.037.055,41	97.927.366,95	100.231.848,93	118.641.907,93	124.916.069,88	130.008.995,07

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

[illegible]

<%>	5/2005	decorrente \\4:	nº478, de 26 de setembro de 2005							
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \\4:	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \\4:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,027840%	0,027840%	0,027840%	0,027840%	0,027840%	0,027840%	0,027840%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015									

NOTAS:

1. RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017; RCL do 2º quadrimestre de 2017 - Portaria 772, de 19 de setembro de 2017.

2. A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R\$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

RAIMUNDA MENDES COSTA
Coordenadora de Controle Interno

DÉBORA MÁRCIA SOARES VÉRAS
Secretária de Administração e Finanças

DES. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA
Presidente do Tribunal